



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 14 de Setembro de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1959



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2316, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

“Aprova o Loteamento denominado Residencial Bela Suíça II, de propriedade de Pizolato e Marlene Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda. e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, bem como suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1546, de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG;

CONSIDERANDO que o loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

CONSIDERANDO que foram observadas pelo loteador todas as etapas de análise e aprovação do anteprojeto, projeto urbanístico, projetos complementares e projeto urbanístico final, bem como todos os requisitos urbanísticos para o loteamento;

CONSIDERANDO que a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo, instituída pela Lei 1546/2019, de caráter consultivo e deliberativo, formada por representantes das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Município de Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, deliberou pela aprovação do Loteamento Residencial Bela Suíça II, de propriedade de Pizolato e Marlene Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda.;

CONSIDERANDO o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o loteamento denominado Residencial Bela Suíça II, de propriedade de Pizolato e Marlene Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrito no CNPJ.: 15.746.226/0001-03, localizado no perímetro urbano/zona de expansão urbana do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 41.126 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo.

§1º O prazo para execução das obras de infraestrutura é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial do Município, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Loteador e aprovada pela Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo.

§2º O loteamento terá uso residencial e/ou comercial.

Art. 2º A faixa de terreno descrita na matrícula 41.126, a ser loteada tem as seguintes especificações:

- I. Área total da matrícula: 50.235,11m²;
- II. Área de Preservação Permanente: 5.674,98m²;
- III. Área loteável: 44.560,13m²;
- IV. Lotes úteis: 138 lotes, com área de 25.132,32 m² o que representa 56,401% da área loteável;
- V. Áreas Institucionais totalizando uma área de 2.241,26m², o que representa 5,030% da área loteável:
 - a) Lote 01 da Quadra 04, com área de 489,05m², que será destinado ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;

b) Lote 02 da Quadra 04, com área de 1.581,45m²;

c) Lote 01 da Quadra 10, com área de 170,76m².

VI. Sistema Viário: 15.555,87m², o que representa 34,910% da área loteável;

VII. Áreas Verdes:

a) Lote 01 da Quadra 05, com área de 607,82m², o que representa 1,364% da área loteável;

b) Lote 08 da Quadra 06, com área 1.022,86m², o que representa 2,295% da área loteável;

c) Área de Preservação Permanente: 5.674,98m².

§1º No caso da Área de Preservação Permanente – APP deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação.

§2º Foi permitido o cômputo da Área de Preservação Permanente – APP no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento, conforme dispõe o art. 10, §5º da Lei Municipal 1546/2019 e Decreto Estadual 44.768/2008.

Art. 3º Na forma do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79, passam a integrar o patrimônio público do Município de Monte Carmelo:

- I. Áreas verdes;
- II. Áreas institucionais;
- III. Sistema viário.

Art. 4º Ficam a cargo do loteador a implantação das seguintes obras de infraestrutura, conforme os projetos apresentados e aprovados pela Prefeitura Municipal:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de abastecimento de água;
- IV. Rede de coleta de esgotamento sanitário, interligado ao Sistema de Tratamento de Esgoto Municipal;
- V. Rede pública de distribuição de energia elétrica;
- VI. Guias e sarjetas;
- VII. Rede de coleta de águas pluviais;
- VIII. Pavimentação asfáltica, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de denominação dos logradouros públicos e construção de meio-fio, observadas as condições de acessibilidade;
- IX. Arborização, segundo orientação municipal e do Plano de Arborização Urbana;
- X. Isolamento, mediante a execução de cercas de arame liso ou alambrado, no entorno das áreas verdes e áreas de preservação permanente;
- XI. Pavimentação das calçadas nas áreas verdes e institucionais;
- XII. A via de acesso quando executada pelo loteador deverá ter pelo menos uma das calçadas pavimentadas.

Parágrafo único. Para implantação dos incisos III e IV deste artigo, ficará sob a responsabilidade do loteador, sem prejuízo de outras obras de infraestrutura necessárias:

I. Projetar e executar captação de água com vazão mínima de 14,42 m³/h, que corresponde à vazão de captação do Belo Suíça II (6,86 m³/h), mais a vazão complementar de captação do Belo Suíça I (7,56 m³/h), conforme definido no Termo de Recebimento Provisório do Poço Tubular do Belo Suíça I;

II. Projetar e executar reservatório enterrado/semienterrado/apoiado de água com volume mínimo de 84,20 m³, que corresponde ao volume de reservação do Belo Suíça II (41,20 m³), mais o volume complementar de reservação do Belo Suíça I (43 m³), conforme definido no Termo de Recebimento Provisório do Poço Tubular do Belo Suíça I;

III. Projetar e executar estação elevatória de água para bombear água do reservatório enterrado/semienterrado/apoiado para o reservatório elevado;

IV. Elaborar os projetos hidráulicos e estruturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução Normativa DMAE -05/2019, sem prejuízo da observância integral das demais normativas vigentes, inclusive na hipótese de eventual

alteração(ões) posterior(es);

V. Submeter, oportunamente, os projetos hidráulicos e estruturais ao Setor de Engenharia do Departamento Municipal de Água e Esgoto para análise e aprovação;

VI. Adotar todas as demais providências que se fizerem necessárias à implantação das obras de infraestrutura em sua integralidade, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

Art. 5º Mediante competente instrumento particular de garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Decreto, conforme certidão de caucionamento de Lotes nº 001/2020/CTAAPS/CCL, ficam caucionados 57 lotes do Loteamento Residencial Bela Suíça II, assim especificados:

I. Lotes 02, 03 e 04 da Quadra 08;

II. Lotes 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Quadra 09;

III. Lotes 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 da Quadra 10.

Art. 6º A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município, dentro da etapa planejada.

Art. 7º Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 11 de setembro de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2317, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

“Dispõe sobre a comemoração do “Dia do Servidor Público” no ano de 2020.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o artigo 265 da Lei Complementar Municipal nº 08, de 09 de dezembro de 2005, estabelece que “o dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao servidor público municipal”;

CONSIDERANDO que o dia dedicado ao Servidor Público é tradicionalmente comemorado em data móvel;

CONSIDERANDO que no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foi estabelecido o dia 30 de outubro de 2020 como data de comemoração do “Dia do Funcionário Público”, conforme Portaria Conjunta n. 1.046/PR/2020;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa em transferir a data de comemoração, que seria quarta-feira (28/10) para sexta-feira (30/10);

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 30 de outubro de 2020 como data de comemoração do “Dia do Servidor Público”, no âmbito das Repartições Públicas Municipais e Autarquias.

Art. 2º Fica assegurada a manutenção dos serviços considerados essenciais e imprescindíveis, a critério das autoridades competentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de setembro de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br